

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
DIREITO COMPARADO	25
1.1. MODELO ITALIANO	26
1.2. MODELO ESTADUNIDENSE	33
CAPÍTULO 2	
ELEMENTOS NORMATIVOS FUNDANTES	39
2.1. ELEMENTOS INTERNACIONAIS	41
2.2. ELEMENTOS CONSTITUCIONAIS	44
2.2.1. Segurança Pública como Direito e Dever de Todos	45
2.3. ELEMENTOS LEGAIS	48
2.3.1. Estatuto da Advocacia e da OAB	50
2.3.2. Lei de Acesso à Informação	51
2.3.3. Lei dos Cartórios e Lei de Registros Públicos	53
2.3.4. Lei de Regulamentação da Profissão do Detetive Particular	54
2.3.5. Código de Processo Penal de 1941	56
2.3.5.1. Direito de Produzir Provas na fase pré-processual e processual	58
2.3.5.2. Busca e Apreensão	59
2.3.5.3. <i>Notitia-Criminis</i> e Assistência à Acusação	62
2.4. ELEMENTOS INFRALEGAIS	63
CAPÍTULO 3	
A REGULAMENTAÇÃO DA MATÉRIA NO BRASIL ...	65
3.1. A MATÉRIA NO PROJETO DO NOVO CPP	66
3.2. A REGULAMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA PELO CFOAB	70
CAPÍTULO 4	
FORMAS DE INVESTIGAÇÃO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	75
4.1. A INVESTIGAÇÃO DIRETA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUAS IMPLICAÇÕES	78
4.2. A INVESTIGAÇÃO PRIVADA	83

4.2.1.	A Investigação Particular de Questões Privadas.....	84
4.2.2.	A Investigação Corporativa.....	85
4.3.	A CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA ADVOCACIA INVESTIGATIVA.....	86
4.3.1.	Atividade Advocatícia e a Fé Pública.....	88
4.3.2.	Possibilidade de Subcontratação.....	91

CAPÍTULO 5

LIMITAÇÕES À INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA..... 93

5.1.	LIMITAÇÕES NORMATIVAS.....	94
5.2.	LIMITAÇÕES COGNITIVAS.....	95
5.3.	LIMITAÇÕES MATERIAIS.....	97

CAPÍTULO 6

DEVER E VALORES DO ADVOGADO CONDUTOR..... 99

CAPÍTULO 7

PLANEJAMENTO DA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA.. 101

CAPÍTULO 8

FORMAS E CLASSIFICAÇÃO DE UTILIZAÇÃO..... 103

CAPÍTULO 9

RELAÇÃO COM O JUÍZO CÍVEL E A BARGANHA ... 107

CAPÍTULO 10

TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA..... 109

10.1.	BUSCA POR INFORMAÇÕES PÚBLICAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES.....	110
10.2.	INFORMAÇÕES CARTORÁRIAS E REGISTROS PÚBLICOS.....	112
10.3.	ATA NOTARIAL.....	113
10.4.	SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS.....	117
10.5.	INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS.....	120
10.6.	NOTIFICAÇÕES EXTRAJUDICIAIS PÚBLICA E PRIVADA.....	123
10.7.	SOLICITAÇÃO DE IMAGENS DE VIGILÂNCIA.....	125
10.8.	BUSCA E APREENSÃO.....	125
10.9.	VISTORIAS OU INSPEÇÕES;.....	126
10.10.	PERÍCIAS DIVERSAS.....	126
10.11.	DETETIVES PARTICULARES.....	127
10.12.	EMPRESAS DE SUPORTE A LITÍGIOS;.....	129

CAPÍTULO 11**AUTOS DE INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA (AID) 131**

- 11.1. INSTRUMENTOS OBRIGATÓRIOS 133**
 - 11.1.1. Termo de Instauração. 134
 - 11.1.2. Capa 135
 - 11.1.3. Relatórios 136
- 11.2. OUTROS INSTRUMENTOS 137**
 - 11.2.1. Termo de Enumeração de Pessoas Diligenciadas. 138
 - 11.2.2. Termo de Relação de Capitulações. 139
 - 11.2.3. Ordens de Serviço. 139

CAPÍTULO 12**ADVOCACIA 4.0 E USO DE RECURSOS
TECNOLÓGICOS NA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA . 141**

- 12.1. UTILIZAÇÃO DE SUPORTES AUDIOVISUAIS
(*TIMELINE´S, STORYLINE´S, STORYMAP´S,*
ETC.), *QR CODE´S* E OUTRAS FERRAMENTAS DE
OTIMIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO. 142**
- 12.2. *SOFTWARE AS A SERVICE – SAAS* E A ADVOCACIA
INVESTIGATIVA EM NUVEM. 144**

CAPÍTULO 13**TEORIA DOS JOGOS E INVESTIGAÇÃO
DEFENSIVA 147****CONSIDERAÇÕES FINAIS. 155****REFERÊNCIAS. 161**